

## AS RELAÇÕES SACU-ÍNDIA E A NOVA LÓGICA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

### SACU-India Relations and the New Logic of South-South Cooperation

*Analúcia Danilevicz Pereira<sup>1</sup>*

A *Southern African Customs Union* (SACU) existe desde 11 de novembro de 1969 com a assinatura do Acordo de União Aduaneira entre África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, substituindo, assim, o Acordo de União Aduaneira de 1910. Na sequência da formação do Governo de Unidade Nacional na África do Sul, em abril de 1994, os Estados-membro concordaram sobre a renegociação do acordo vigente, a fim de democratizar a SACU. Os eixos de relacionamento do bloco ampliaram-se e traduzem, de certa forma, novas concepções e perspectivas em torno dos processos regionais.

Estagnadas desde 2001, as negociações concernentes à criação de uma área de livre comércio foi retomadas pela SACU e pela Índia em junho de 2004, período no qual os ministros da SACU concordaram em restabelecer o diálogo com o país asiático. O acordo deveria ocorrer em duas fases: em um primeiro momento, a instituição de uma área de comércio preferencial (*preferential trade agreement*) e, posteriormente, a transformação desta em uma área de livre comércio (*free trade agreement*). E como prazo limite para a conclusão desse entendimento ficou estabelecido o ano de 2005.

Como reação a “globalização seletiva”, recentemente algumas tendências sugerem que os países em desenvolvimento estão revitalizando o sistema geral de preferências como um novo instrumento para o crescimento. Ainda no sentido de avaliar os mecanismos desenvolvidos pelos países em desenvolvimento na busca de

---

<sup>1</sup> Pesquisadora Associada do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NERINT/ILEA/UFRGS e do Centro de Estudos Brasil-África do Sul – CESUL/UFRGS. [analuciapereira@fapa.com.br](mailto:analuciapereira@fapa.com.br)

soluções cabe ressaltar que os acordos de comércio regionais entre países do sul, não objetivam apenas criar mercados, mas também a expansão destes através do aumento do comércio com terceiros países, não signatários de tais acordos.

Diante destas circunstâncias, os acordos regionais de comércio, são parte fundamental num contexto maior de cooperação regional que objetiva promover a estabilidade regional, políticas econômicas sólidas e coordenadas, e uma melhor infraestrutura econômica regional. Salienta-se que esses acordos visam formar uma economia de escala, através da ampliação dos mercados e da diversificação da pauta de exportações. Assim, são tidos como fundamentais para o aumento da produtividade, geração de empregos, atração de capitais e estímulo ao investimento.

Os esforços das nações em desenvolvimento têm sido na direção de promover o multilateralismo no âmbito das organizações multinacionais, como a OMC. Essa proposta apresenta-se como uma forma de aumentar o comércio mundial e de buscar uma maior distribuição dos benefícios desse comércio. Inspirados no multilateralismo, países em desenvolvimento têm iniciado uma série de políticas para liberalizar o comércio, com vistas à substituição das importações e reorientação das exportações. Contudo, a principal barreira ainda é a postura dos países desenvolvidos, que conduz os países em desenvolvimento a buscar o estabelecimento de acordos regionais e bilaterais entre eles mesmos.

A Índia comporta-se como o mais importante membro do SAFTA. Da mesma forma a África do Sul na SACU. No entanto, alguns fatores podem ser considerados como indicadores para o aumento dos acordos comerciais Sul-Sul. O primeiro revela o fato de que países em desenvolvimento têm dificuldade para ingressar nos mercados dos países desenvolvidos. O segundo, diz respeito à oportunidade de especialização que acordos Sul-Sul podem oferecer. Terceiro, as relações entre países do Sul garantem um mercado mais dinâmico com a possibilidade de diversificação e de expansão. Por fim, os acordos comerciais entre os países do Sul são uma forma de fortalecimento de suas capacidades.

A Índia, no início dos anos 1990, foi marcada por uma profunda mudança na sua política econômica, com a missão de alcançar a estabilidade e de promover um ajuste

estrutural. As medidas estruturais para ajustar o país traziam em seu bojo a idéia de aumento da eficiência, produtividade e competitividade da economia, o que incluía a liberalização do investimento direto estrangeiro, liberalização do comércio e reformas no setor público, na infraestrutura e no setor financeiro.

Já o projeto de mudança na economia sul-africana foi pensando para dar resultados no longo prazo, pois a melhora nas taxas de crescimento da economia assim como o problema do desemprego depende de uma profunda superação do legado histórico de segregação. Por outro lado, o país tem buscado e atingido superávit na balança de pagamentos e conseguiu conter a inflação. É preciso, porém, lutar contra os principais problemas do país, como a desigualdade na distribuição de renda, a pobreza, a desnutrição, a educação de má qualidade para a maioria da população negra, e o problema do HIV/AIDS.

Desde a década de 1980, na África do Sul, muitas empresas estatais foram privatizadas. Entretanto, o Estado manteve quatro grandes empresas: Eskom (geração e distribuição de energia), Telkom (telecomunicações), Denel (defesa) e Transnet (transporte e infraestrutura). Todavia, a grande preocupação dos governos pós-*Apartheid* tem sido no sentido de diminuir a desigualdade na distribuição de renda. Assim, o Estado sul-africano tem se envolvido em algumas áreas importantes, como a mineração.

Existe a livre troca de mercadorias entre a África do Sul e os outros quatro países (Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) no âmbito da SACU. Uma vez que o acordo de livre-comércio da *Southern African Development Community* (SADC) começar a ter efeito prático, o resultado é um aumento significativo da área de comércio. Quanto a iniciativas em direção às reformas de tarifas e políticas de mercado, a Índia adotou uma política de redução de tarifas e racionalização da sua estrutura tarifária.

### **África Austral: condicionantes da integração**

Embora a região da África Austral apresente baixos índices de desenvolvimento que remontam séculos de exploração, sua posição é estratégica em termos geopolíticos.

Se, por um lado, sua importância como ligação entre o Ocidente e Oriente foi diminuída diante da abertura do Canal de Suez, que transformou o Mediterrâneo em um mar de trânsito, por outro lado a região adquiriu novo papel de ligação entre a América do Sul, Índia e China, se considerada a configuração de um eixo Sul-Sul. Não se pode ignorar também a relevância de suas riquezas em minerais e mesmo petróleo.

O final do regime do *Apartheid* representou a possibilidade de abertura de novos caminhos para todo o subcontinente africano. Nesse momento, havia um claro entendimento de que a África do Sul era uma economia regional dominante (seu PIB era quase quatro vezes maior que o do resto da região) e que começava a emergir uma Nova África do Sul para atuar de uma maneira diferente nesse espaço. A respeito da regionalização, foram ampliadas importantes instituições na África Austral. Estas instituições foram um mecanismo fundamental para manter algum tipo de aproximação entre os diferentes poderes na região e apontar seu nível de tensão e capacidade de aproximação.

Assim, historicamente, o receio dos vizinhos era o de que a África do Sul, diante de sua força econômica, atraísse a maioria dos investimentos na região enquanto os demais empobreceriam. Diante da percepção dos vizinhos em relação ao seu país, os sul-africanos têm procurado reformar suas relações econômicas regionais, embora muitos resíduos do passado ainda permaneçam.

James Hentz (2005), ao explorar as possibilidades de integração regional no subcontinente africano, discute as linhas de continuidade e ruptura do processo durante a fase transicional do *Apartheid* para a Nova África do Sul. Para o autor, o fim da confrontação com os vizinhos, que marcou o período de 1975 a 1990, propiciou uma arrancada em termos de cooperação devido à complementaridade econômica, à existência de conexões de infraestrutura de energia e transportes, à retomada de vínculos que existiam na época colonial e às novas afinidades ideológicas entre o Congresso Nacional Africano (CNA) e os governos dos demais países.

Neste contexto, deve-se questionar qual a viabilidade, as implicações e os fundamentos políticos e materiais da integração na África Austral. O continente africano tem sido caracterizado de uma forma pessimista como um espaço conflitivo, estagnado

(ou mesmo em retrocesso) e caótico, incapaz de estabelecer coordenações prolongadas, gerando apenas processos integrativos fracassados. No que se refere à África Austral, tal abordagem não condiz com a realidade. Existem fundamentos políticos e materiais que conferem a iniciativas como a SACU uma viabilidade prática e perspectivas de avanço.

O processo de democratização que se desenvolveu na região no início da década de 1990, juntamente com a resolução dos conflitos e guerras civis, significou um impulso importante para a arrancada no processo de integração. Mas as bases materiais de tal movimento antecedem esses acontecimentos. O primeiro fator é a infraestrutura herdada do colonialismo. Muitos dos Estados nacionais atuais pertenceram a um mesmo Império colonial, o britânico, ou a ele associados, como o português.

Enclaves mineradores, como os da África do Sul, Sudoeste Africano (atual Namíbia), Zâmbia, Angola e Katanga (na atual República Democrática do Congo) dinamizaram a economia regional desde os tempos coloniais e exigiram a construção de um sistema integrado de ferrovias e portos. Além disso, os pólos agroexportadores da própria África do Sul, Botsuana, Zimbábue, Malauí e Angola também contribuíram para a interconexão das subregiões da África Austral e a acumulação de capital.

Ao mesmo tempo, surgiram centros urbanos, uma elite empresarial branca e uma classe de trabalhadores assalariados negros no quadro de um fenômeno migratório de escala regional, e mesmo internacional, com a vinda de trabalhadores indianos para a província sul-africana de Natal (hoje Kwazulu-Natal). Finalmente, a crescente necessidade de energia fez com que as hidroelétricas do Rio Zambeze gerassem energia elétrica, a qual passou a ser distribuída para centros consumidores localizados em outros países, especialmente a região aurífera do Rand sul-africano.

O caráter mediterrâneo de muitos dos novos Estados e de seus enclaves mineradores ou agropecuários contribuiu para a integração de redes de transporte que possuem uma lógica regional ou supranacional, e não nacional. Num plano mais geral, as redes convergem para a África do Sul, o país mais desenvolvido da região.

### **As relações SACU – Índia**

No decorrer de sua história, acordos de comércio nunca tiveram um papel

predominante na política de desenvolvimento adotada pela Índia. Portanto, comércio e liberalismo comercial são temas controversos no meio político indiano. Em virtude deste fato, o país, além de inexperiente, tem dificuldades em responsabilizar-se pelos riscos e custos procedentes de um acordo fundamentado nesses parâmetros. No que se refere à SACU, apesar da sua ampla experiência em acordos anteriores firmados com EUA e União Européia, um pacto com a Índia, indubitavelmente, representa maiores complicações. E embora haja um alto potencial nesse âmbito entre SACU e Índia, estão longe de formarem uma parceria comercial natural.

Nesse sentido, no intuito de explorar as idéias propostas, ao analisarmos a Economia Indiana, suas reformas e políticas é possível focar especificamente algumas questões: qual o grau de comprometimento com um acordo bilateral? Quais as concessões feitas por ambos? Qual a posição da Índia na OMC em relação a matérias ainda não negociadas com a SACU e, por fim, o que pode se esperar dessa relação?

A forma mais apropriada para fortalecer a presença comercial da Índia na região subsaariana é através de acordos com a SACU. O comércio entre Índia e África do Sul gradativamente tem recebido um tratamento mais adequado por parte dos dois países. Com o fim do *Apartheid* essas relações têm se tornado mais intensas, mas ainda o que ocorre é o aumento apenas da importação indiana de ouro da África do Sul. Dessa forma, o ouro é o principal produto de comércio entre os dois países. Percebe-se que se ele for retirado das contagens gerais do comércio entre 1994 e 2002, o crescimento total passa de 31% para 12%. A balança comercial, em razão do ouro, é totalmente favorável à África do Sul.

No entanto, uma zona de livre comércio não poderia ser firmada somente em função do ouro. Ocorre ainda que o comércio de outras mercadorias entre os dois países é ainda reduzido em suas balanças comerciais. O comércio bilateral corresponde a 0,7% das importações indianas e 1,7% das exportações sul-africanas. A África do Sul é o 14º país em relevância para as importações da Índia e o 20º em se tratando de destino para suas exportações.

Um estudo recente mostra que as importações sul-africanas da Índia se concentravam em produtos têxteis, couros e vegetais, enquanto as importações indianas

originárias da África do Sul são mais diversificadas: metais de base, minerais, têxteis, produtos químicos, frutas. Um estudo similar analisou produtos com potencial para exportação como cana de açúcar, açúcar refinado, diamantes, manufaturas, etc. (Alves, 2007).

As exportações indianas são taxadas em 12% na África do Sul, com exceção para roupas (27%), sapatos (24%), peles e produtos de couro (16%). As exportações sul-africanas para a Índia têm como tarifa básica 24% sobre os produtos. Todavia, produtos como motores e máquinas experimentam taxas acima de 40%. Caso ocorra a isenção de tarifas entre os dois países, a África do Sul terá dificuldades na produção doméstica de têxteis, roupas, couro e máquinas elétricas. Porém, produtos alimentícios, metálicos e máquinas pesadas teriam riscos menores. Para a Índia um *free trade agreement* geraria a diminuição nas importações da produção doméstica em relação a metais preciosos, jóias, carvão, ferro, aço, química básica, maquinaria e certos minerais, os quais são os principais produtos a serem resguardados economicamente pelos dois países.

Há um potencial para crescimento do comércio intra-indústria (metais de fabricação básica, pedras preciosas, jóias e alguns minerais não-metálicos). Esse comércio é de interesse político, uma vez que corrobora a cooperação Sul-Sul. O comércio entre os dois países não representa uma parcela significativa de suas balanças comerciais. Na verdade eles competem por mercados maiores, como o da OECD (principalmente nos EUA e UE). Isso se deve majoritariamente pela inexistência de complementaridades entre suas economias (Alves, 2007). Por conseguinte, as vantagens de uma área de livre comércio ainda não estão nítidas.

Todavia, ultimamente a Índia só tem assinado acordos bilaterais com países em desenvolvimento, fora Singapura, com o qual mantém negociações. Essa estratégia visa a aumentar o vínculo com seus maiores parceiros comerciais no âmbito da OMC. A idéia é aumentar o acesso a mercados por esses acordos bilaterais e, mais do que isso, colher os frutos políticos dessas alianças. Para os *policemakers* indianos, acordos bilaterais com grandes economias fazem-se muito arriscados por dois motivos principais: o custo de um acordo bilateral com grandes países, na busca de seus interesses econômicos, é maior do que o de negociar através da OMC; a pouca

diversidade industrial indiana e inabilidade de rápida expansão de exportações também justificam a política comercial de acordos bilaterais com países em desenvolvimento. Além disso, é menos arriscado para a Índia fazer acordos bilaterais com países em desenvolvimento, os quais acabam se tornando aliados na OMC.

A questão que surge para os indianos é se a aproximação com a SACU também se enquadraria na política indiana (como na aproximação com a ASEAN que rendeu apoio na OMC). Zimbábue, Quênia e Tanzânia normalmente se alinham com a Índia em relação à Organização. Na rodada de Doha, a Índia se uniu ao LMG (*Like Minded Group*), do qual um grande número de países fazia parte – Cuba, República Dominicana, Egito, Honduras, Quênia, Malásia, Maurítânia, Paquistão, Singapura e Tanzânia –, na tentativa de priorizar a discussão para assuntos como acordos TRIPS e TRIMS e, acima de tudo, a liberação total dos setores agrícolas dos países da OECD.

A Índia apoiou a formação do G20 em Cancun e juntamente com a África do Sul, além de outros países em desenvolvimento, integra o bloco. As diferenças entre Índia e África do Sul são percebidas em algumas atitudes em relação a outros parceiros comerciais. Enquanto o país asiático se opõe a política de investimentos buscada por Singapura, o país africano é um dos maiores investidores no resto do continente, além de ser um dos que mais recebe investimentos estrangeiros diretos.

Em relação a negociações sobre serviços, mais uma vez o interesse das duas nações diverge. Índia quer maior liberalização – principalmente no que tange a circulação de pessoas – enquanto a África do Sul busca o contrário, muito em função do problema migratório que possui. Fora da OMC, as perspectivas de cooperação são melhores: o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) e o projeto desses países em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU cria um novo terreno para a cooperação entre os dois últimos. Nesse caso, acordos comerciais entre eles seriam motivados mais pela política e diplomacia do que pela economia.

### **A cooperação Sul-Sul**

Os três integrantes do IBAS ostentam a condição de potências médias, as quais exercem a liderança regional no sul da América, no sul da África e no sul da Ásia. São

caracterizados como mercados emergentes e aspiram a uma vaga como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, possuindo padrão de atuação similar em organismos multilaterais. Eles detêm parques industriais desenvolvidos, boa capacidade científico-tecnológica, porém com perfil dual em suas sociedades (problemas vinculados à má distribuição de renda e parcelas de população economicamente excluídas). Além disso, representam três democracias multiétnicas, com identidades em construção.

O IBAS corresponde ao experimento mais arrojado de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e a construção de um sistema internacional de contornos multipolares e multilaterais. Seus três eixos de atuação são a *Concertação Política* (atuação comum no G-20, G-5, reforma do CS da ONU e ações pela paz e contra a fome), a *Cooperação Sul-Sul* (grupos de trabalho na área de logística, educação, ciência & tecnologia, saúde, etc.) e a *Cooperação com terceiros países* (Fundo IBAS no combate à fome e à pobreza e ajuda a países menos desenvolvidos).

Apesar das dificuldades, cabe lembrar que as relações entre Índia e África do Sul datam de aproximadamente de 1860, quando o primeiro grupo de trabalhadores sob contrato (*indentured labourers*) da Índia chegaram na costa sul-africana. A contribuição da Índia para a luta contra o *Apartheid* também já é conhecida. A Índia foi o primeiro país a isolar o *Apartheid*, bem como foi o primeiro a reconhecer o Congresso Nacional Africano. Contudo, apesar de alguns históricos desencontros entre os dois países e dos interesses econômicos regionais, a disponibilidade para o entendimento reflete uma perspectiva de médio e longo prazo que represente a superação de uma condição marginal no sistema internacional.

Os problemas não significam, entretanto, que a cooperação não seja possível. Pelo contrário, a partir da década de 1990, com o advento da globalização e o discurso da vitória dos conceitos neoliberais sobre quaisquer outras linhas teóricas, a cooperação entre países de desenvolvimento similar e a integração regional tornaram-se uma via muito atrativa para que países como a África do Sul, o Brasil, a Índia, entre outros, pudessem, juntamente com seus parceiros regionais, ganhar peso no sistema internacional e defender-se das ofensivas das grandes potências e do “mercado”. Ainda

é um cenário em que, por vezes, os condicionantes aparecem, engessando as relações e a unidade regional, o que, porém, normalmente é superado por políticas de Estado – e não somente de governos específicos – de implementação e de solidificação dos processos de cooperação e de integração.

É importante considerar, por exemplo, que o sul da África é, há muito tempo, uma região em um sentido muito mais amplo que o meramente geográfico. Conforme analisaram Wallerstein e Vieira (1992), desde o século XIX, o sul da África foi um “constructo social”. No período do governo colonial, forjou-se uma economia política regional específica, com estruturas, modelos de relacionamento e instituições claramente identificáveis. A África do Sul e a maioria dos Estados membros da SACU, e, posteriormente, da SADC foram induzidos a seguir essa política, cada um a seu próprio passo, e a participação na economia regional tornou-se fundamental para as economias internas de vários desses países. Embora, nos anos 1980, essas relações tivessem sofrido inúmeras pressões devido ao regime racista, a regionalidade fundamental do sul africano permaneceu intacta e surge, na era pós-*Apartheid*, como um novo ator internacional atuante, o que se percebe, por exemplo, através da análise da postura de sua potência regional em conflitos internacionais, como na Guerra do Iraque e na criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), entre outros.

Já o poder da Índia é, de certa forma, definidor para o futuro da Ásia Meridional por dois motivos. Em primeiro lugar, o país enquanto potência regional não permite a interferência de qualquer potência estrangeira nos assuntos internacionais da região (como exemplo, a atitude da Índia em relação ao problema da Caxemira). Enquanto o Paquistão desejava a intervenção de terceiros para mediar o conflito – ONU ou outra grande potência - a Índia se ateu ao acordo de Simla que determina o estabelecimento de negociações bilaterais para resolver o problema indo-paquistanês. Em segundo lugar, a supremacia indiana na região impede o surgimento de um equilíbrio de forças na Ásia Meridional.

O poder da Índia decorre basicamente de cinco fatores. A sua posição geográfica, no que se refere ao tamanho e localização do país, lhe confere importância estratégica. A Índia é quase três vezes maior do que a área total dos outros seis países da

região (Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão, Sri Lanka e as Ilhas Maldivas). Outra característica geográfica é que apenas a Índia faz fronteira com os outros países-membro (apenas um estreito a separa de Sri Lanka e do outro lado de um canal, defronte de suas costas, estão as ilhas Maldivas). Os outros vizinhos não compartilham fronteiras entre si, dificultando a comunicação entre esses Estados. Outro fator diz respeito à sua população. A Índia possui a segunda maior população mundial. Convém assinalar também que o conjunto da população dos outros seis países constitui apenas um quarto do total de habitantes da região. Em comparação com os outros seis países, a Índia também se encontra na vanguarda em termos de recursos humanos (enorme quantidade de cientistas e profissionais qualificados nas mais diversas áreas).

A economia indiana tem resistido aos diversos choques externos dos últimos anos, como a Crise Asiática de 1997-98, o aumento do preço do petróleo em 2000-01 e a recente desaceleração econômica global na sequência dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA. Por conseguinte, tanto o crescimento das exportações indianas como a rentabilidade da sua indústria sofreram com a queda global dos preços de mercadorias e de produtos industrializados. Em 2009, a Índia revelou que sua economia crescera 5,3% no último trimestre de 2008, em comparação com o ano anterior. Houve um acentuado contraste com o retrocesso nos outros países neste mesmo período. Alguns dizem que uma das razões é porque a burocracia do país e as políticas protecionistas mantiveram a Índia isolada dos efeitos da desaceleração global decorrente da crise internacional<sup>2</sup>.

Por fim, a nova lógica que redimensiona as possibilidades de cooperação entre os Estados do Sul está relacionada à implementação de relações criativas e solucionadoras dos problemas cruciais dos Estados em desenvolvimento. As iniciativas em torno da aproximação entre o sul africano e a Índia demonstram que um novo espaço se abre para a superação das dificuldades regionais e para a ampliação da atuação internacional. Contudo, o sucesso desses empreendimentos dependerá, inevitavelmente, da habilidade de seus membros de ampliarem o diálogo e de

---

<sup>2</sup> Notícias da Índia, 15 de março de 2009.

promoverem a interação de suas políticas externas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Philip (2007). Understanding Indian Trade Policy: implications for the Indo-SACU agreement. Johannesburg, South African Institute of International Affairs – SAIIA.
- DRAPER, Peter; SOKO, Mills. US Trade Strategy after Cancun. Prospects and Implications for the SACU-US FTA. SAIIA Trade Policy Report. Report Number 4. Johannesburg, South Africa Institute of International Affairs, 2004.
- HENTZ, James J. (2005) South Africa and the logic of regional cooperation. Bloomington and Indianapolis: Indianapolis University Press.
- KORNEGAY, Francis; DADA, Jabulani (orgs.). A África do Sul e o IBAS. Desafios da Segurança Humana. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/CESUL - FUNAG/MRE, 2007.
- LECHINI, G. IBSA and the New South-South Cooperation. *South Bulletin*, Issue 6, 2006.
- RIS. Trinity of the South: Potentials of India-Brazil-South Africa (IBSA) Partnership. Research and Information System for the Developing Countries, Academic Foundation, New Delhi, 2008.
- WALLERSTEIN, I. e VIEIRA, S. Historical Development of the Region in the Context of the Evolving World-System. In: VIEIRA, Sérgio; MARTIN, William;
- WALLERSTEIN, Immanuel. *How Fast the Wind?* Southern Africa, 1975-2000. Trenton: Africa World Press, 1992.

## **RESUMO**

A *Southern African Customs Union* (SACU) existe desde 11 de novembro de 1969 com a assinatura do Acordo de União Aduaneira entre África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, substituindo, assim, o Acordo de União Aduaneira de 1910. Na sequência da formação do Governo de Unidade Nacional na África do Sul, em abril de 1994, os Estados-membro concordaram sobre a renegociação do acordo vigente, a fim de democratizar a SACU. Os eixos de relacionamento do bloco ampliaram-se e traduzem, de certa forma, novas concepções e perspectivas em torno dos processos regionais.

## **PALAVRAS-CHAVE**

SACU; Índia; Cooperação Sul-Sul.

## **ABSTRACT**

The Southern African Customs Union (SACU) has existed since November 11, 1969 with the signing of the Customs Union Agreement between South Africa, Botswana, Lesotho, Namibia and Swaziland, thereby replacing the Customs Union Agreement of 1910. Following the formation of the Government of National Unity in South Africa in April 1994, Member States agreed on the renegotiation of the existing agreement in order to democratize the SACU. The block's relations axes have been enlarged and reflect in a certain way, new ideas and perspectives on regional processes.

## **KEYWORDS**

SACU; India; South-South Cooperation.